



UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS

REVISÃO DE VESPERA

Assistente em Administração



[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

Seja muito bem-vindo!

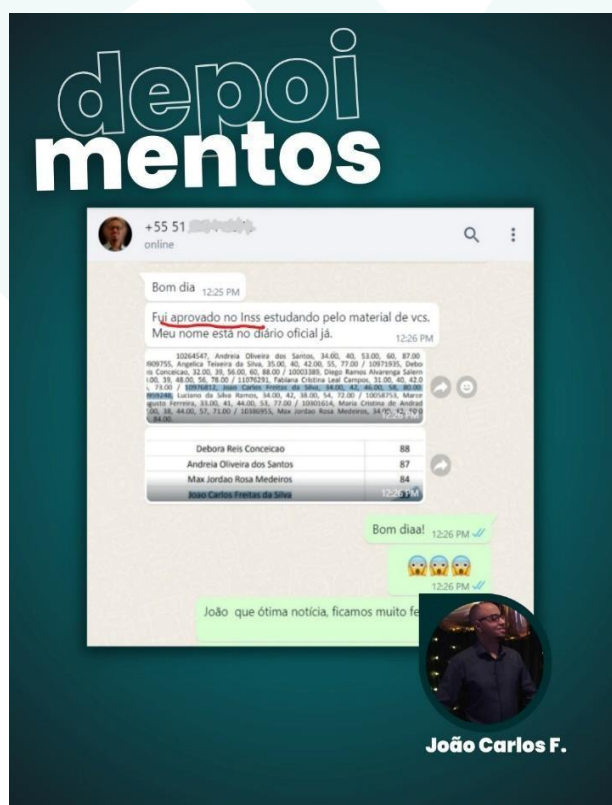
Olá, futuro aprovado no concurso da **Universidade Federal de Lavras – UFLA**.

Você acaba de baixar a **amostra** do **Revisão de Véspera** para o concurso da **UFLA**.

O Revisão de Véspera foi pensado para te entregar exatamente o que importa para você na reta final do **UFLA**. Ele reúne os principais pontos do conteúdo, com base em uma análise estatística dos temas com maior probabilidade de cobrança na sua prova.

Tudo isso para que, na véspera do grande dia, você faça uma revisão assertiva, objetiva e estratégica, focando no que realmente pode te garantir pontos.

Mas antes veja só o depoimento de um dos nossos alunos que foi aprovado recentemente no tão disputado concurso do INSS:



Caso tenha qualquer dúvida, você pode entrar em contato conosco enviando seus questionamentos para o suporte: suporte@cadernomapeado.com.br e [WhatsApp](#).

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

[Clique aqui para ter acesso ao material completo](#)

Bons Estudos!

Rumo à aprovação!!



LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura e compreensão de texto

1) Introdução

Iniciaremos os estudos sobre o tema de:

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.

2) Considerações Iniciais

A **compreensão** de um texto é a decodificação da mensagem apresentada, ou seja, é a análise **objetiva** do que está no **explícito** no texto. O contexto em que um texto é produzido pode influenciar significativamente a interpretação. Entender o contexto ajuda a captar melhor a intenção do autor.

3) Interpretação Textual

A **interpretação** de textos compreende a capacidade de chegar a determinadas **conclusões**, por meio da conexão de ideias, após realizar a leitura de algum tipo de texto (visual, auditivo, escrito, oral), de forma a ir **além do texto** propriamente dito. Neste sentido, a interpretação de texto é algo **subjetivo** e que pode variar de leitor para leitor.

A interpretação de texto é uma habilidade essencial para diversos concursos públicos, pois muitas vezes as questões envolvem a compreensão e análise de informações presentes em textos. Vamos te proporcionar algumas **dicas de leitura** importantes para você conseguir identificar e garantir a resposta correta:

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

Leitura e Identificação do Tema Central

Atenção a Palavras-Chave, palavras repetidas, sinônimos, hiperônimos (palavras que possuem sentido amplo, geral)

Pronomes - circule e aponte o termo referente

Faça o resumo do texto

MATEMÁTICA

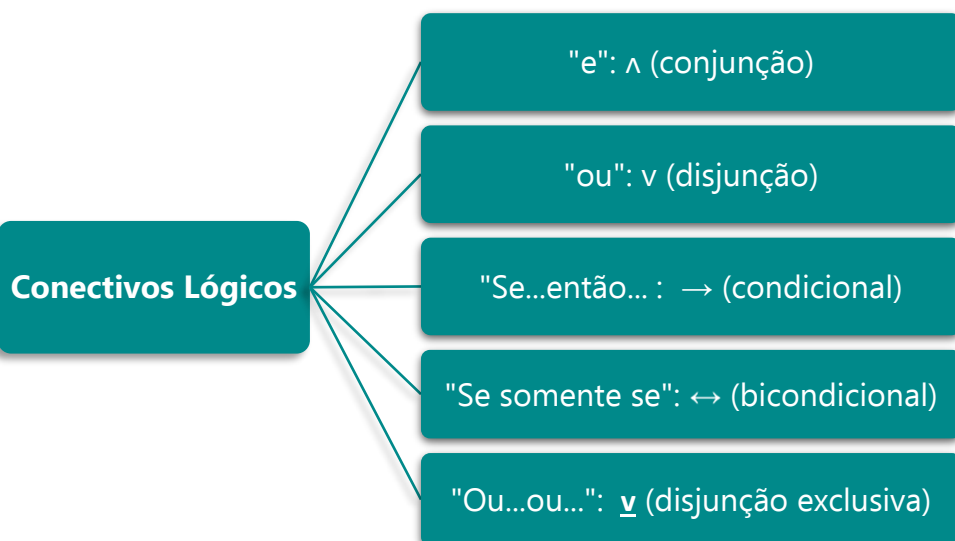
Estrutura Lógica

1) Introdução

Iniciaremos os estudos sobre o tema de estrutura lógica e compreensão do processo lógico:

Estrutura lógica e compreensão do processo lógico: simbologia; tautologia, contradição e contingência.

2) Simbologia



3) Proposições

São sentenças declarativas, bem definidas, que podem ser julgadas em verdadeiras (V) ou falsas (F).

 **Exemplos de uso de proposição e conectivos:**

p: João é mineiro.

q: Márcio não é careca.

r: A vaca voa.

s: $2 + 3 = 10$

t: Juca não é forte.

Resoluções:

A: João é mineiro **ou** Márcio não é careca

A: $p \vee q$

B: A vaca voa **e** $2 + 3 = 10$

B: $r \wedge s$

C: Juca não é forte **se somente se** João é mineiro

C: $t \leftrightarrow p$

D: **Ou** Márcio não é careca, **ou** Juca não é forte

D: $q \vee t$

E: **Se** a vaca voa, **então** $2 + 3 = 10$

E: $r \rightarrow s$

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

Não são proposições:	
Frases interrogativas	Você gosta de futebol?
Frases exclamativas	Ela tem certeza!
Frases imperativas	Vai embora!
Frases sem verbo	Ah, campo! A frescura no ar límpido.
Sentenças abertas	Ele é médico (Ele quem?)
Paradoxos	Esta frase é falsa (com valor Verdadeiro)

LEGISLAÇÃO

ACONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

TÍTULO II: DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Capítulo I: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Comentário:

Em direito constitucional, sem dúvidas, esse é um dos temas mais quentes, tendo se verificado uma alta taxa de cobrança da sua banca em relação a este assunto.

Conforme ensina Alexandre de Moraes: "O conjunto institucionalizado de direitos e garantias do ser humano, que tem por finalidade básica o respeito a sua dignidade, por meio de sua proteção contra o arbítrio do poder estatal e o estabelecimento de condições mínimas de vida e desenvolvimento da personalidade humana, pode ser definido como direitos fundamentais".

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

Art. 5º Todos são **iguais** perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à **vida**, à **liberdade**, à **igualdade**, à **segurança** e à **propriedade**, nos termos seguintes:

Comentário:



Súmula Vinculante 6: Não viola a Constituição o estabelecimento de remuneração inferior ao salário-mínimo para as praças prestadoras de serviço militar inicial.

I - Homens e mulheres são **iguais** em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

Comentário:

Ações afirmativas: discriminação positiva, buscam realizar a igualdade material.

Exemplos:

I – Cotas raciais para negros e indígenas ingressarem em Universidades Públicas

II – Bolsas de estudo em universidades privadas para alunos de baixa renda

DECRETO Nº 12.002, DE 22 DE ABRIL DE 2024

O Presidente Da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, *caput*, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Objeto

Art. 1º Este Decreto estabelece:

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

I - as normas para a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação de atos normativos; e

II - o fluxo de encaminhamento e análise de atos normativos de competência do Presidente da República.

Comentário:

Este artigo define o que o Decreto regula. Ele tem dois eixos centrais:

1. Estabelece normas de elaboração, redação, alteração e consolidação de atos normativos;
2. Define o fluxo de encaminhamento e análise dos atos normativos de competência do Presidente da República.

Em prova, pode aparecer em pergunta conceitual sobre o objetivo do Decreto 12.002/2024: ele é um decreto de técnica legislativa e de processo interno de produção normativa no âmbito federal.

REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS - LEI 8.112/90

Comentário:

A Lei nº 8.112/90 estabelece o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Ela define os direitos e deveres desses servidores, bem como os critérios para a sua seleção, nomeação, promoção, remuneração, benefícios, licenças, afastamentos, aposentadoria e demais aspectos relacionados à relação de trabalho no serviço público.

TÍTULO I: DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei institui o **Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União**, das **autarquias**, **inclusive** as em **regime especial**, e das **fundações públicas federais**.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, **servidor** é a **pessoa legalmente investida em cargo público**.

Comentário:

Os **agentes públicos** são pessoas que desempenham atividades em nome do Estado. Essas atividades podem variar desde funções administrativas até o exercício do poder de polícia ou prestação de serviços públicos. Agente público é toda pessoa que presta serviço ao Estado.

 **Tome Nota!**

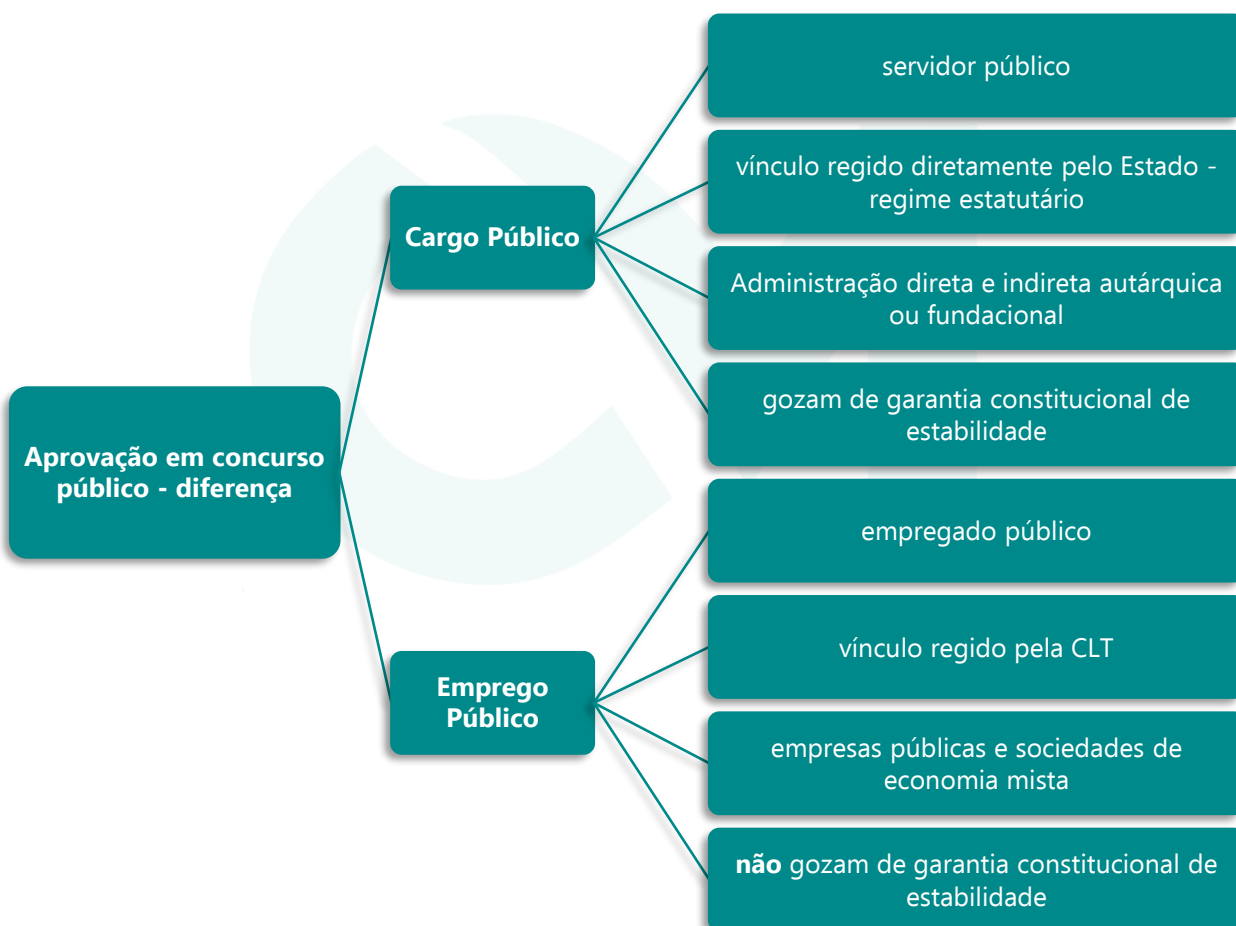
É importante lembrar que agente público e servidor público **não são sinônimos**. O servidor público é uma das espécies de agente público.

Art. 3º Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.

Parágrafo único. Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, são criados por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.

Comentário:

As disposições da Lei n. 8.112/1990 não se aplicam a todos os agentes públicos, apenas aos servidores públicos civis federais, ou seja, os empregados públicos federais, regidos pela CLT, não estão incluídos.



Art. 4º É proibida a prestação de serviços gratuitos, salvo os casos previstos em lei.

Comentário:

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

A **linha do tempo** do serviço público possui as seguintes **fases**: concurso, provimento, posse, exercício, estágio probatório, estabilidade e vacância.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PRINCÍPIOS BÁSICOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1) Introdução

Os princípios da Administração Pública representam os **fundamentos normativos e éticos** que orientam toda a atuação estatal. Eles não são apenas diretrizes teóricas, mas sim regras obrigatórias que vinculam a conduta da Administração direta e indireta, em todas as esferas (**federal, estadual, distrital e municipal**). Sua observância é essencial para garantir a legalidade dos atos administrativos, a moralidade pública, a impessoalidade no trato com os cidadãos e a boa gestão dos recursos públicos.

O artigo 37 da Constituição Federal de 1988 inicia o capítulo dedicado à Administração Pública com a menção expressa a cinco princípios fundamentais: **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência** — conhecidos pela sigla LIMPE. Além desses, a doutrina e a jurisprudência reconhecem diversos princípios implícitos, como o princípio da razoabilidade, da finalidade, da motivação e do interesse público.

Este capítulo abordará os princípios expressos e implícitos, com explicações detalhadas, exemplos práticos e aplicação em situações reais de concursos públicos e da rotina administrativa.

2) Princípios expressos no caput do artigo 37 da CF/88

a) Legalidade

O princípio da legalidade significa que a Administração Pública só pode agir **conforme a lei**. Ao contrário dos particulares — que podem fazer tudo aquilo que a lei não proíbe — os agentes públicos só podem fazer o que a lei permite. Assim, a legalidade é mais restritiva na esfera pública.

 **Exemplo prático:**

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

Um servidor só pode aplicar uma multa se houver previsão legal para isso. Se a lei determina um valor fixo ou uma forma específica de notificação, essa regra deve ser integralmente seguida.

b) Impessoalidade

A impessoalidade exige que os **atos da Administração** não estejam vinculados a preferências pessoais, sejam políticas, partidárias, econômicas ou ideológicas. Esse princípio garante que o Estado atue com neutralidade e isonomia, sem beneficiar ou prejudicar alguém em razão de vínculos particulares.

Exemplo prático:

Um prefeito não pode utilizar verbas públicas para promover sua imagem em campanhas institucionais, como “a obra do prefeito João”. Isso fere o princípio da impessoalidade.

c) Moralidade

Moralidade administrativa é mais do que o cumprimento da lei: exige conduta ética, honesta e compatível com os valores da sociedade. O agente público deve agir com integridade, mesmo nas situações em que a lei não for explícita.

FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1) Introdução

Seguiremos os estudos sobre o tema de processo organizacional – de forma mais aprofundada do que o estudado em Administração Pública - tema de grande importância para o seu concurso, portanto, fique atento:

1 – Processo administrativo. Planejamento estratégico; análise SWOT, matriz GUT e ferramenta 5W2H. Balanced scorecard. Processo Decisório.

2) Funções da Administração Pública

A **administração pública** refere-se ao conjunto de órgãos, entidades e servidores públicos que atuam na gestão dos interesses coletivos. Seu propósito é atender às necessidades da sociedade de forma eficiente, ética e transparente.

3) Processo de Planejamento

Segundo Idalberto Chiavenato, o planejamento é um processo **permanente** e **contínuo**, pois é realizado continuamente dentro da empresa e **não se esgota na simples montagem** de um plano de ação.



O conceito de planejamento inclui o aspecto de **temporalidade** e de **futuro**: o planejamento é uma relação entre coisas a fazer e o tempo disponível para fazê-las. Como o passado já se foi e o presente vai andando, é com o futuro que o planejamento se preocupa.

Planejar, portanto, é uma função administrativa que busca a **determinação antecipada** dos **objetivos/metastraçadas pela organização**, bem como também os caminhos a serem seguidos para atingi-los.

É através do planejamento que se define de onde se pretende partir, como chegar e o que deve ser feito quando atingir esse objetivo. Planejar, portanto, é um **modelo para ação futura**.

LICITAÇÃO

1) Introdução

Seguiremos os estudos sobre a parte de licitações:

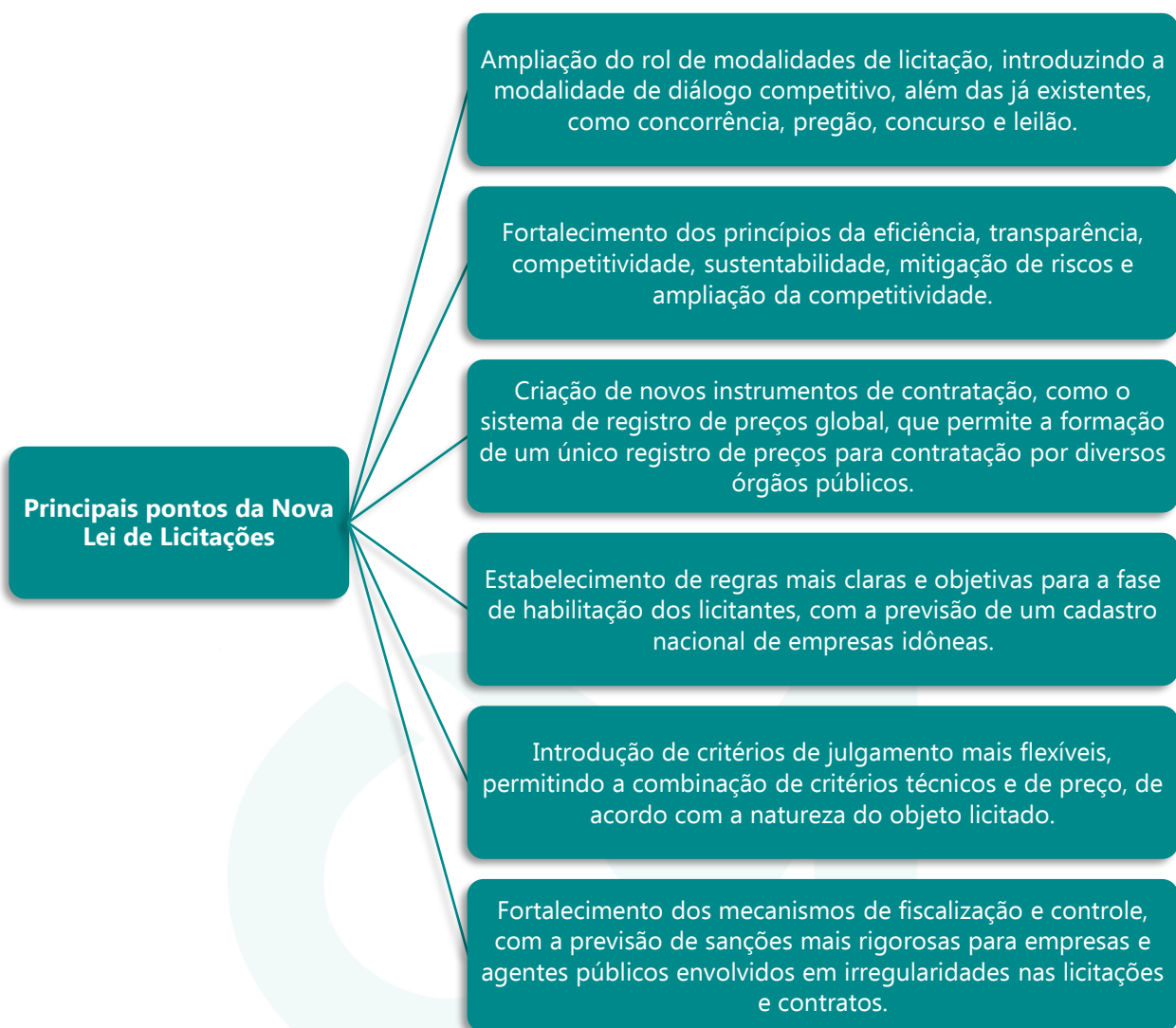
Licitação e contratos administrativos (Lei nº 14.133/2021).

2) Considerações Iniciais

A **Lei de Licitações**, também conhecida como **Lei nº 14.133/2021**, foi sancionada em abril de 2021 e entrou em vigor em abril de 2023, revogando a antiga Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/1993), a Lei do Pregão (Lei nº 10.520/2002) e parte da Lei do Regime Diferenciado de Contratações (Lei nº 12.462/2011).

Essa legislação busca **modernizar** e **aprimorar** o sistema de contratações públicas no Brasil, introduzindo diversas inovações e atualizações em relação às normas anteriores. Alguns dos principais pontos da nova Lei de Licitações incluem:

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)



3) Aspectos Iniciais da Norma

A Lei 14.133, também conhecida como "nova Lei de Licitações e Contratos" (NLLC ou NLL), estabelece normas que são **obrigatórias** para todas as esferas de governo (União, Estados/DF e Municípios), pois é considerada uma **norma geral de aplicação nacional**.

Apesar disso, a existência dessa Lei não impede que Estados, Municípios e o Distrito Federal legislem sobre questões específicas relacionadas a licitações, mesmo sem uma autorização expressa da União. No entanto, é importante ressaltar que as regras específicas estabelecidas por esses entes subnacionais não devem entrar em conflito com as regras gerais estabelecidas pela União.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Segurança da informação

1) Introdução

Iniciaremos os estudos sobre o tema de:

Conceitos gerais de segurança da informação: proteção contra vírus e outras formas de softwares ou ações intrusivas.

No contexto da sociedade da informação, **privacidade e segurança digital** tornaram-se preocupações centrais para indivíduos, empresas e instituições públicas. Com o aumento do volume de dados trafegados por redes digitais, o avanço das ameaças cibernéticas e a crescente dependência da internet, proteger as informações pessoais e corporativas tornou-se um imperativo técnico, legal e ético.

Em concursos públicos, o tema aparece com frequência em disciplinas como informática básica, segurança da informação, legislação digital e noções de cidadania digital. Os concurreseiros devem compreender os princípios fundamentais de privacidade, os principais riscos à segurança, as boas práticas de proteção de dados e os mecanismos tecnológicos disponíveis para mitigar vulnerabilidades.

2) Conceitos Fundamentais

a) Privacidade

A privacidade refere-se ao **direito do indivíduo de controlar quais informações pessoais são coletadas, armazenadas, compartilhadas e utilizadas**, seja no meio físico ou digital. É um valor jurídico, social e técnico que envolve o respeito à intimidade, ao sigilo e à autodeterminação informacional.

No meio digital, a privacidade é constantemente ameaçada por:

Coleta indevida de dados por sites e aplicativos.

Rastreamento por cookies e ferramentas de publicidade.

Compartilhamento não autorizado de informações pessoais.

Exposição em redes sociais sem consentimento.

b) Segurança da Informação

A segurança da informação é um conjunto de práticas, políticas, ferramentas e procedimentos destinados a proteger os dados contra **acesso não autorizado, perda, modificação ou destruição**.

Ela se baseia nos chamados **princípios da tríade da segurança**:

Princípio	Definição
Confidencialidade	Garante que apenas pessoas autorizadas tenham acesso à informação.
Integridade	Assegura que os dados não foram alterados indevidamente.
Disponibilidade	Garante que os dados estejam acessíveis sempre que necessário.

3) Principais Ameaças à Privacidade e à Segurança

Ameaça	Descrição
Phishing	Tentativas de enganar o usuário para que revele informações sensíveis, como senhas e dados bancários.
Malware	Programas maliciosos como vírus, worms, trojans, ransomwares, que causam danos ao sistema.
Spyware	Software que espiona as atividades do usuário, muitas vezes sem seu consentimento.
Engenharia social	Manipulação psicológica do usuário para obter acesso a sistemas ou dados.
Roubo de identidade	Uso indevido de dados pessoais para fraudes.
Interceptação de dados	Captura de dados em trânsito por meio de redes inseguras ou vulnerabilidades.

4) Mecanismos de Proteção

4.1) Antivírus e Antimalware

Programas que detectam, bloqueiam e removem códigos maliciosos. Devem estar sempre atualizados.

4.2) Firewall

Barreira de proteção entre uma rede confiável (como a intranet) e redes externas (como a internet). Pode ser:

Firewall de hardware: dispositivo físico na rede.

Firewall de software: programa instalado no sistema operacional.

4.3) Criptografia

Processo de codificação de dados para impedir o acesso não autorizado. Utilizada em:

Comunicações (HTTPS, e-mails criptografados).

Armazenamento de dados sensíveis.

Assinaturas digitais.

4.4) Autenticação de dois fatores (2FA)

Recurso que exige **duas formas de autenticação** para acessar sistemas (por exemplo: senha + código enviado por SMS).

4.5) Senhas fortes

Devem conter letras maiúsculas, minúsculas, números e caracteres especiais, além de serem únicas para cada serviço.

5) Boas Práticas para o Usuário

Atualizar regularmente o sistema operacional e aplicativos.

Evitar clicar em links suspeitos ou baixar arquivos de origem desconhecida.

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

Utilizar conexões seguras (HTTPS).

Não compartilhar senhas com terceiros.

Evitar uso de redes Wi-Fi públicas para transações sensíveis.

Verificar se há cadeado de segurança em sites de compras.

6) Legislação e Privacidade no Brasil

A proteção de dados pessoais e da privacidade está garantida pela **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)** – Lei nº 13.709/2018.

a) Princípios da LGPD:

Finalidade.

Necessidade.

Livre acesso.

Transparência.

Segurança.

Prevenção.

Responsabilização.

A LGPD estabelece regras para a coleta, o tratamento e o compartilhamento de dados pessoais, impondo deveres tanto a empresas privadas quanto a órgãos públicos. Qualquer violação à privacidade pode resultar em sanções administrativas.

Comparação entre Privacidade e Segurança:

Aspecto	Privacidade	Segurança da Informação
Foco	Direitos do indivíduo	Proteção dos dados e sistemas
Natureza	Jurídica, ética e social	Técnica e gerencial
Exemplos	Consentimento de uso de dados	Criptografia, firewalls, antivírus
Legislação	LGPD, Constituição Federal	LGPD, Marco Civil da Internet

Noções do Sistema Operacional Windows (10 e 11)

1) Introdução

Iniciaremos os estudos sobre o tema de:

Noções do Sistema Operacional Windows (10 e 11).

2) Windows 10 (32-64 BITS)

Alunos, sistema operacional é um tema de grande relevância e de alta incidência nos concursos públicos. Após uma análise meticulosa, verificamos que esse tema é o **terceiro mais cobrado pelas bancas de concurso**, ocupando cerca de 8% das questões de informática. Portanto, como essa matéria tem peso 2 no seu concurso, prestem atenção e decorem os conceitos básicos, pois com eles você acertará a maioria das questões. Informática é uma matéria com conteúdo infinito, porém, neste tópico, você encontrará o essencial para garantir 100% dos pontos em Windows: conceitos iniciais, atalhos, disco rígido, ferramentas e explorador de arquivos (não necessariamente nessa ordem). Vamos lá?!

2.1) Conceito

O **Windows 10** pode ser conceituado de duas formas: **(i)** quanto à **funcionalidade**; e **(ii)** quanto à **licença**.

Funcionalidade guarda relação com a função do sistema operacional, então podemos afirmar que o Windows 10 é um sistema (software, **cuidado** para não confundir com hardware) que realiza o controle de outros dispositivos da máquina (CD, HD, teclado, tela etc.).

Licença diz respeito à empresa que detém os direitos do código-fonte (Microsoft).



2.1.1) Arquitetura do sistema

É importante lembrar que as bancas especificam quais arquiteturas serão cobradas (32 e 64 bits), dessa forma, faz-se necessário redobrar a atenção nos termos técnicos apresentados.

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

A **arquitetura do Windows 10** pode ser de **32 ou 64 bits**. Na prática, isso diz para o usuário sobre a **velocidade do sistema** (ou a velocidade em que os dados são acessados). Ou seja, a arquitetura de 64 bits suporta mais dados do que a de 32 bits? Correto. Veja esta tabela sobre a **capacidade máxima que cada arquitetura suporta**:

32 bits	64 bits
4 GB de RAM	16 Terabytes (isso mesmo!)

Então, aluno, se você comprar um computador com Windows 10 (32 bits), não adquira uma memória com capacidade superior a 4 GB de RAM, pois a arquitetura do sistema não irá suportar.



Tome nota!

Em uma máquina de 64 bits, a arquitetura de 32 bits pode ser instalada perfeitamente, embora não seja o recomendado. Portanto, lembre-se: em informática, quem pode mais, pode menos.

Parabéns por ter chegado até aqui.


Futuro(a) aprovado no **Universidade Federal de Lavras – UFLA**: saiba que, em análise estatística de nossa equipe de professores, verificamos que nas últimas provas da banca e do concurso mais de **95%** das questões de direito são baseadas na letra da Lei. Por isso, um material direto ao ponto para se revisar, onde aborda a legislação em si, algo que irá facilitar e muitooooo o seu estudo!

Não perca essa oportunidade de ter acesso a esse material completo!

Faça sua parte nos estudos e estude de forma estratégica para esse certame, pois isso aumentará muito as suas chances de ser aprovado.

[Clique aqui para ter acesso ao material completo](#)

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)



O estudo é a jornada que **transforma esforço em conhecimento e sonhos em realizações.**

Persista, pois cada página virada é um passo mais próximo do seu sucesso!

CM Cursos Online

Bora para cima!

